

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Pluralismo e religiões [Pluralism and religions]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	de Oliveira Ribeiro, Claudio
Publisher	Universidade Metodista de São Paulo
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-06-22 10:29:41
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/195958

Pluralismo e religiões: bases ecumênicas para uma teologia das religiões

*Claudio de Oliveira Ribeiro**

Resumo

Este estudo apresenta as bases significativas de uma teologia ecumênica das religiões, considerando os desafios do tempo presente, em especial o pluralismo religioso e cultural, e tendo em vista a construção de uma lógica plural para o método teológico. Apresenta, também, sínteses da visão de autores que têm dado uma contribuição relevante para o tema, como Paul Knitter, Andrés Torres Queiruga, Roger Haight e John Hick, no campo europeu e estadunidense, e José Maria Vigil, Marcelo Barros, Diego Irarrazaval e Faustino Teixeira, no campo latino-americano.

Palavras-chave: Ecumenismo; pluralismo; teologia das religiões; método teológico.

Pluralism and religions: ecumenical foundations for a theology of religions

Abstract

This study brings the significant foundations of an ecumenical theology of religions, considering the challenges of the present time, especially the religious and cultural pluralism, in view of the construction of a plural logic for the theological method. It also brings a synthesis of the view of authors who have made relevant contributions to the theme, such as Paul Knitter, Andrés Torres Queiruga, Roger Haight and John Hick, in the European and North American (USA) fields, and José Maria Vigil, Marcelo Barros, Diego Irarrazaval e Faustino Teixeira, in the Latin-American field.

Keywords: Ecumenism; pluralism; theology of religions; theological method.

* Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica, RJ. É professor de Teologia Sistemática da Universidade Metodista de São Paulo e pastor na comunidade de Jardim Santo André, Santo André, SP.

Pluralismo y religiones: bases ecuménicas para una teología de las religiones

Resumen

Este estudio presenta las bases significativas de una teología ecuménica de las religiones, teniendo en cuenta los desafíos del tiempo presente, especialmente el pluralismo religioso y cultural, y considerando la construcción de una lógica plural para el método teológico. También se presentan los resúmenes de la visión de autores que han hecho una contribución significativa al tema, como Paul Knitter, Andrés Torres Queiruga, Roger Haight y John Hick, en el ámbito europeo y estadounidense, y José Maria Vigil, Marcelo Barros, Diego Irarrazaval y Faustino Teixeira, en el ámbito latinoamericano.

Palabras clave: Ecumenismo; pluralismo; teología de las religiones; método teológico

Introdução

A teologia ecumênica das religiões vem ganhando destaque no debate atual. As raízes dessa vertente teológica ganharam densidade ainda no século XIX, quando os esforços missionários do mundo protestante na Ásia, África e América Latina, motivados pela teologia liberal, descortinaram as questões ecumênicas e, mesmo em meio às propostas verticalistas de missão, suscitaram oportunidades de diálogo inter-religioso, processos de aprendizagem e a fermentação de uma teologia ecumênica. Essas perspectivas, ainda que fragmentariamente, percorreram o século XX e desaguaram em fontes teológicas riquíssimas, como a de Paul Tillich (1886-1965), por exemplo. É dele o célebre texto “O significado da história das religiões para um teólogo sistemático”, conferência realizada dias antes de seu falecimento e publicada em *The future of religions* (TILLICH, 1966).

No campo católico, sob os influxos dos ventos renovadores do Concílio Vaticano II (1962-1965), diversas experiências de diálogo inter-religioso e de reflexão teológica sobre os temas emergentes dessa aproximação se fortaleceram. Teólogos como Karl Rahner, Hans Küng, Yves Congar e Edward Schillebeeckx forjaram novas perspectivas teológicas que, décadas mais tarde, passaram a ser aprofundadas e revisadas. Há, desde os anos 1990, um florescer de novas concepções teológicas oriundas das preocupações com o encontro e o desencontro do cristianismo com as demais religiões.

O século XXI, no tocante às questões da teologia das religiões, começou de forma paradigmática. As repercussões dos conflitos políticos e econômicos entre Oriente e Ocidente, simbolizados pela destruição das “Torres Gêmeas” no dia 11 de setembro de 2001, despertaram ainda mais a consciência em relação à importância de uma teologia das religiões. Não se trata, aqui, de supervalorizar o papel e o lugar dos Estados Unidos, palco do referido evento, mas, de fato, com o ataque e seus desdobramentos o tema das reli-

giões ganhou maior evidência. Contraditoriamente, a dimensão ecumênica foi reforçada, uma vez que vários grupos e lideranças islâmicas do mundo inteiro, incluindo o Brasil, tiveram, por exemplo, espaços, tanto na mídia como em setores acadêmicos e eclesiais, para partilhar a fé e ressaltar que o islamismo é uma religião de paz. Tais repercussões deram maior densidade e visibilidade ao debate teológico e ecumênico.

Os desafios não pararam por aí. A perspectiva pluralista das religiões interpela fortemente o contexto teológico latino-americano, especialmente por sua vocação libertadora e pelos desafios que advêm de sua composição cultural fortemente marcada por diferenças religiosas que se interpenetram nas mais diferentes formas. A teologia latino-americana da libertação, dentre seus muitos desafios, tem elaborado uma consistente reflexão sobre os desafios do pluralismo religioso. O marco dessas reflexões foi a publicação de uma pequena obra de vários autores, sob os auspícios da Associação dos Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo (Asett), com o sugestivo título, que também dá título à coleção, *Pelos muitos caminhos de Deus: desafios do pluralismo religioso à teologia da libertação* (2003). Na sequência, foram publicadas outras quatro obras que, em certo sentido, aprofundam e ampliam as questões inicialmente levantadas. São elas: *Pluralismo e libertação: por uma teologia latino-americana pluralista a partir da fé cristã* (2005), *Teologia latino-americana pluralista da libertação* (2006), *Teologia pluralista libertadora intercontinental* (2008) e *Por uma teologia planetária* (2011). São vários os autores que se destacam nessa produção e nomearemos, por ora, somente José Maria Vigil, Marcelo Barros, Luiza Tomita, integrantes da Comissão Teológica da Asett, que organizaram as referidas obras.

Nossa intenção com o presente texto é apresentar algumas bases de uma teologia das religiões, tendo em vista os desafios do tempo presente. Fazemos isso com preocupação pedagógica e com certo cuidado didático, visando alcançar as necessidades de novos pesquisadores e pessoas iniciantes e interessadas na temática. Para isso, em um primeiro momento, indicaremos os pressupostos com os quais trabalhamos, basicamente em torno da necessidade de uma lógica plural para o método teológico. Em seguida, serão apresentadas sínteses da visão de autores que têm dado uma contribuição relevante ao tema. Por diversas razões, entendemos que as visões de Paul Knitter, Andrés Torres Queiruga, Roger Haight e John Hick poderão nos oferecer perspectivas básicas para o tema em questão. Eles foram escolhidos dentro de uma lista significativa de teólogos e reconhecemos as ausências, por diferentes motivos, de Jacques Dupuis, Claude Geffré, Hans Küng, Wesley Ariarajah, Michel Amaladoss e vários outros, tanto do universo protestante como do católico-romano. No contexto latino-americano priorizaremos quatro

autores. Além de José Maria Vigil e Marcelo Barros, já referidos, destacamos também Diego Irarrazaval e Faustino Teixeira.

Nossas pressuposições: a dimensão do plural

Como indicativo da necessidade de novos referenciais teóricos, tanto para a teologia como para as ciências da religião, está, em nosso ver, uma compreensão mais adequada da diversificação cada vez mais visível do quadro religioso e o crescente anseio da parte de diferentes grupos pelos diálogos inter-religiosos, como busca de interculturalidade, não obstante o simultâneo fortalecimento das propostas de cunho fundamentalista. Este panorama tem implementado novas perspectivas hermenêuticas, teológicas ou não, mas ainda possui no horizonte a maior parte de suas questões. Estas também necessitam ser formuladas de maneira mais adequada e debatidas com profundidade.

Quanto mais olharmos as vivências religiosas dentro de uma lógica plural que perceba suas conexões com as demais experiências humanas – religiosas ou não –, como se inter-relacionam e se interpelam e como podem expressar seus valores fundamentais, mais compreensíveis serão as linguagens da religião. Para isso, a teologia e as ciências da religião, sobretudo suas áreas de caráter mais hermenêutico que intentam analisar as linguagens da religião, precisam estar atentas.

A perspectiva ecumênica, tanto na dimensão intracristã como na inter-religiosa, ganhou nas últimas décadas forte destaque nos ambientes teológicos. A pressuposição é que ela é fundamental para toda e qualquer experiência religiosa ou esforço teológico ou hermenêutico. Esta visão, quando vivenciada existencialmente e/ou assumida como elemento básico entre os objetivos, altera profundamente o desenvolvimento de qualquer projeto, iniciativa ou movimento religioso. Daí o interesse pelos estudos ecumênicos. No tocante à teologia, em todos os seus campos, o dado ecumênico suscita novas e desafiantes questões.

No campo cristão, por exemplo, na medida em que as pessoas e os grupos, nas bases, nas atividades práticas, nos espaços de formação e em encontros, contam com a participação de pessoas e grupos de confissões ou religiões diferentes, elas vão mergulhando cada vez mais no universo plural que a sociedade hoje representa. Mais que isso, aprendem a fugir das respostas rápidas e unívocas e descobrem a existência de formas diferentes de compreender o mundo, a vida e a missão religiosa — igualmente válidas. Além disso, e em plano semelhante, estão as indicações de Marcelo Azevedo, ao mostrar que o diálogo supõe que cada um dos parceiros seja ele mesmo e como tal se manifeste e seja acolhido. Seu fruto principal é a percepção da diferença entre ambos e, por conseguinte, a intuição mais aguda das

respectivas identidades. Ao conhecer melhor o outro, cada um conhece melhor a si. O que poderia parecer um fator que aprofunda a discrepância e alarga a distância torna-se caminho privilegiado de uma nova perspectiva (TEIXEIRA, 1993, p. 18).

A presença do “outro”, portanto, é a dimensão interpeladora da prática ecumênica. É este “outro” em seu corpo, fala e fé que estimula a vida e a produção teológica de quem com “ela/ele” se relaciona. Esta presença e esta interação são desafiadoras em diferentes aspectos. O primeiro ponto é a pluralidade. Embora cultuada, é possível assumir as dificuldades que muitos dos que têm a perspectiva teórica do marxismo ou têm atuado com os referenciais da esquerda política encontram nesse aspecto. Os reducionismos teóricos e metodológicos de expressiva parcela de agentes e lideranças religiosas, assim como de teólogos/as, têm sido muitas vezes, um exemplo de estar “pouco à vontade” nesse ponto.

Já as pessoas que somam em sua trajetória uma experiência ecumênica, regra geral acrescentam aos eventos, projetos ou experiências religiosas uma sensibilidade distinta de abertura, afetividade, alteridade e criatividade. Também o aprofundar da vivência ecumênica exige um reordenamento de sentidos e de sensibilidade aos fatos. Trata-se de possuir – como as mulheres, por exemplo – outra forma de ver o mundo e o divino. Assim, nesta interação com o “outro”, nas mobilidades de nossas fronteiras, se dá um encontro com “o novo”, numa espécie de evento *kairótico*, em que a relação com esta alteridade explode o curso comum das histórias pessoais e de grupos.

Outro significado teológico da vivência ecumênica é a referência utópica. A presença em conjunto de pessoas e de grupos com diferentes experiências religiosas aponta para o futuro e, necessariamente, precisa estar deslocada do real. É a dimensão da imaginação. Este utópico, todavia, não é uma perspectiva linear e progressiva da história em que ela vai se completando e conhecendo rumo a um sentido único. Utopia, aqui, relaciona-se com uma atividade visionária que, a partir da dimensão do futuro, cria intervenções e rupturas no presente.

Quando comunidades religiosas, ainda que de forma incipiente, começam – movidas por uma utopia – a se unir em torno de uma proposta socialmente responsável e comum, isso se torna uma ação política e profética. A unidade é, portanto, uma tarefa religiosa sublime e cabe-nos identificá-la (ou mesmo suas contraposições) nas diferentes linguagens religiosas. No contexto das experiências religiosas, é comum encontrarmos um tipo de apelo que indica ser preciso abrir caminhos, dar sinais proféticos de unidade, ainda que pequenos, superando posturas já cristalizadas perante o ecumenismo, como aquela caracterizada por um otimismo festivo que considera a prática ecumênica em

estágio avançado e pouco está atenta às limitações e diferenças dos diversos grupos. Ou, como outra postura, marcada por um pessimismo exigente que não considera os avanços do ecumenismo e não valoriza as pequenas iniciativas e possibilidades. Uma alternativa que se percebe no campo religioso – e, em nossa interpretação, parece-nos consistente – é enxergar a unidade ecumênica numa dimensão histórica: valorizando seu desenvolvimento, limitações, críticas e possibilidades.

As pessoas e grupos que atuam ecumenicamente, em especial no campo popular, na grande maioria vivem sua fé por vezes de maneira inédita e fora dos padrões eclesiais ou religiosos próprios. É fato que muitos pagam elevado ônus pela radicalidade ecumênica e por seus compromissos políticos, nem sempre bem acolhidos pelas ferrugens das dimensões institucionais que organizam o espaço religioso.

Outro aspecto da prática ecumênica é a fragmentação das experiências. Não há, ainda, elementos de articulação destas iniciativas, tanto no âmbito intracristão como no inter-religioso. No Brasil, elas têm sido vividas por todos os cantos do país, todavia de forma diversa, modesta, por vezes embrionária, outras vezes com dimensão política mais acentuada, outras vezes, não. Algumas experiências conseguem continuidade, outras se fragilizam com a mudança da liderança religiosa. Umas têm caráter mais eclesial/comunitário e gratuito, muitas estão em torno de grupos para estudo da Bíblia, no caso cristão, ou de formas mais espontâneas de espiritualidade. Em alguns lugares, têm-se implementado projetos comuns de formação religiosa e, em outros, projetos sociais e econômicos, construindo parcerias com agências ecumênicas, comunidades cristãs e de outras tradições religiosas na busca por uma fé que incida publicamente na sociedade diante de suas questões, problemas e propostas de transformação.

Nesta implementação de projetos apontamos – como “sinal dos tempos” – a irrupção de um ecumenismo de face mais livre e popular, marcado pela construção de articulações mais espontâneas, organizadas em redes e fóruns autogestionáveis, com pessoas do campo e da cidade, de distintas origens religiosas e experiências de fé, com diferentes lutas em movimentos sociais, populares e ecumênicos. Como prática, esta mobilização popular, movida pelas diversas espiritualidades, acontece na procura pela incidência pública e transformação das realidades de injustiça e de intolerância.

Neste sentido, caminha-se também em busca da promoção dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA). Os desafios são os mais diversos. Mesmo em meio às fragilidades, surge a criação de redes, o re florescimento das juventudes na caminhada do movimento ecumênico – que é centenário –, a formação de novas lideranças e a presença cada vez

mais diversificada de grupos religiosos distintos. Esta irrupção ecumênica pode e deve estar relacionada com um “ecumenismo confessional”, de tom mais eclesial, mas permanece além, transpassando estas iniciativas mais doutrinárias, construindo-se como outro espaço de espiritualidade e de incidência pública, não tão relacionado às práticas institucionais, mas às ações pessoais e comunitárias.

Com estas considerações, dois aspectos dessa diversidade e fragmentação da vivência ecumênica precisam ser ressaltados. Em primeiro lugar, aqueles que questionam a autenticidade do diálogo ecumênico nas bases, por estar, muitas vezes, calcado somente na figura do/a líder ou num pequeno grupo de pessoas, precisam considerar que isso pode ser extremamente significativo em virtude do caminhar histórico das igrejas cristãs e das religiões em geral. Em segundo lugar, é preciso olhar de forma especial e atenta para poder visualizar as vivências ou potencialidades ecumênicas nos diferentes espaços de atuação, caso tenhamos uma posição interessada motivada pelos processos de democratização e de reforço à pluralidade na sociedade.

A vocação ecumênica, ao marcar as reflexões teológicas, mostra que o caráter de apologia, de sectarismo ou de exclusivismo é ou deve ser evitado. Teologicamente, afirmamos que Deus é sempre maior do que qualquer compreensão ou realidade humana. Age livremente, em especial na ação salvífica. Neste sentido, não é preciso estar excessivamente preocupado em descobrir quem é ou será salvo (para utilizar o imaginário comum dos cristãos), mas, no caso dessa mesma tradição religiosa, quem é e o que representa Jesus Cristo para a comunidade cristã. Em um primeiro momento, o que deve preocupar, portanto, é uma categoria cristológica: o *seguimento de Jesus*. Este privilegia a humanidade e seus dilemas. Deus se sujeita a ela; quer ser humano. Ao assumir a existência humana, ele articula as questões da vida e da morte: da vida, porque é criador e misericordioso; da morte, porque é humano.

A reflexão e a tensão entre a vida e a morte produzem muitas interações. Uma delas que desejamos destacar é que a fé cristã não pertence, fundamentalmente, à ordem do conhecimento e da representação política ou eclesial, mas, sim, da vida, em seu sentido amplo e radical. Tal perspectiva indicou José Comblin, em “O debate atual sobre o universalismo cristão”, um antigo texto publicado na revista *Concilium*, que em certo sentido é precursor do tema da teologia das religiões em terras latino-americanas. Para o autor,

ser cristão não é revestir-se de um conjunto de conhecimentos ou de estruturas. É viver, libertar-se do que não é vida, para viver plenamente. Jesus se define assim: a vida, o caminho, a porta, o pão, a luz. Ele dá a vida, a saúde, o dinamismo, atira à ação. Não se trata simplesmente da vida biológica, nem

tampouco de uma realidade estranha à vida biológica: trata-se desse tônus vital que é parte da responsabilidade de cada um na sua intensidade de vida. (COMBLIN, 1980, p. 81).

Essa perspectiva remete-nos, entre outros fatores, à busca de um paradigma para a teologia das religiões. Trata-se da superação dos modelos já consagrados, como o que considera Jesus Cristo e a Igreja como caminho necessário para a salvação (exclusivismo); o que considera Jesus Cristo como caminho de salvação para todos, ainda que implicitamente (inclusivismo); e aquele no qual Jesus é o caminho para os cristãos, enquanto para os outros o caminho é sua própria tradição, sem grandes preocupações com autocríticas, revisões e mudanças (relativismo). A perspectiva pluralista, que advogamos, possui como característica básica a noção de que cada religião tem sua proposta salvífica e de fé, que deve ser aceita, respeitada e aprimorada a partir de um diálogo e aproximação mútuos. Assim, a fé cristã, por exemplo, necessita ser reinterpretada a partir do confronto dialógico e criativo com as demais fés. O mesmo deve se dar com toda e qualquer tradição religiosa. Aqui há um ponto de novidade que coloca a todos em constante desafio.

Dentro de uma visão pluralista, os elementos-chave da vivência religiosa e humana são, em geral, alteridade, respeito à diferença, diálogo e cooperação prática e ética em torno da busca da justiça e do bem comum. No caso da teologia cristã – e as demais perspectivas religiosas estariam da mesma forma implicadas –, a concepção pluralista de uma teologia ecumênica das religiões forjaria pelo menos duas questões fundamentais: a) qual é o sentido/significado das questões relativas à fé cristã (como Cristo, a Igreja, o Reino de Deus, a salvação, o Espírito Santo, a criação etc.) ao pensarmos em “um novo modo de fazer teologia” num contexto de pluralismo religioso?; b) e como o diálogo e a aproximação concreta entre as religiões contribuem para uma melhor compreensão da fé cristã (e das outras tradições) e suas consequentes implicações éticas no mundo?

Ao reforçar as dimensões do plural e do diálogo e ao indicar o desafio do debate ecumênico das religiões, desejamos mostrar que lógica plural é fundamental para o método teológico e para a vivência religiosa.

Perspectivas estadunidenses e europeias

A visão dialógica de Paul Knitter

Paul Knitter é um dos mais destacados pensadores que tratam do tema da teologia das religiões. Com intensa produção teológica, parte dela devedora das perspectivas modernizadoras do Concílio Ecumênico Vaticano II e

da aproximação com Karl Rahner, Knitter destacou-se na reflexão teológica sobre o pluralismo religioso desde sua obra *No other name? A critical survey of Christian attitudes toward the world religions* [Nenhum outro nome? Um levantamento crítico das atitudes cristãs para com as religiões mundiais] (1985). Nesta obra o autor apresentou as teses fundamentais de sua teologia pluralista e sua crítica às perspectivas exclusivista e inclusivista na abordagem cristã sobre as religiões. Posteriormente, juntamente com John Hick, organizou o livro *The myth of Christian uniqueness* [O mito da singularidade cristã] (1987), no qual, mais uma vez, a perspectiva teológica pluralista é explicitada.

Da atenção que deu às aproximações cristãs a outras religiões nasceu uma de suas obras de destaque, que é *Introdução às teologias das religiões* (2008), abordada a seguir. Todavia, sua inquietação com os principais temas que interpelam a humanidade o levou a pensar como a responsabilidade social e política com a ordem global e como o diálogo entre as religiões podem cooperar na promoção do bem-estar humano e ecológico. Daí a importância de obras suas como *One Earth many religions: multifaith dialogue and global responsibility* [Uma Terra muitas religiões: diálogo entre múltiplas crenças e responsabilidade global] (1995) e *Jesus e os outros nomes: missão cristã e responsabilidade global* (2010).

Paul Knitter articula sua densa produção com uma atuação significativa no diálogo das religiões pela paz e pela justiça. Por quase vinte anos, desde 1986, participou do movimento Crispaz (Cristãos pela Paz em El Salvador), com sucessivas visitas à América Central. Dessa experiência resultou uma profícua aproximação com a teologia latino-americana da libertação, não meramente a partir de discussões conceituais e teóricas, mas especialmente no compromisso comum com a paz, a justiça e a libertação. Knitter atuou no Conselho Internacional da Paz Inter-religiosa, formado após o Parlamento Mundial das Religiões, realizado em 1993 em Chicago.

Em *Introdução às teologias das religiões* (KNITTER, 2008), o autor contribui significativamente com o esforço de muitos outros teólogos para construir tipologias que ajudassem as pessoas, interessadas no tema e também especialistas, a compreenderem melhor o pluralismo religioso e a necessidade premente de interpretações consistentes dessa realidade.

O título já é exemplar da proposta, uma vez que é redigido no plural: teologias! Após apresentar os desafios para o cristianismo diante das várias realidades e a pluralidade como fato significativo da vida religiosa e cósmica, Knitter apresenta quatro modelos didáticos de compreensão e interpretação do quadro de teologias das religiões, aos quais denominou i) substituição, ii) complementação, iii) mutualidade, e iv) aceitação.

O primeiro, denominado modelo de substituição, parte da premissa de que há somente uma religião verdadeira. Tal perspectiva pode ser compre-

endida tanto como “substituição total” – e aí residem os cristãos cujo perfil ideológico é de caráter fundamentalista – assim como aqueles grupos e visões que consideram que Deus pode estar presente em outras religiões, ainda que parcialmente, a que se chamou de “substituição parcial”. A experiência religiosa baseada em Jesus é vivenciada intensamente, o que gera uma postura firme de diálogo polêmico e confrontador com outras religiões.

O modelo de complementação tem a pressuposição filosófica de que “o Uno dá completude ao vário”. Ele forjou e foi forjado pelos processos de renovação eclesial do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) no contexto católico-romano, com as contribuições de Karl Rahner, por exemplo, mas também está em sintonia com as perspectivas dialógicas modernas que marcaram o século XX. Nessa visão, o anúncio de Jesus deve, no processo de diálogo, acrescentar aos de outras religiões algo novo, mas que já estava posto, e assim contribuir para que descubram que o Evangelho lhes é fecundo.

Em seguida, Knitter apresenta o modelo de mutualidade, baseado na ideia de ‘várias religiões verdadeiras convocadas ao diálogo’. Em certo sentido, ele aprofunda a lógica dos modelos anteriores, pois pressupõe que o diálogo inter-religioso propõe-se a ser recíproco. Assim, o processo de diálogo leva os cristãos a passarem pelas transformações que eles mesmos indicam às outras religiões, na busca de um equilíbrio entre a universalidade do amor de Deus e a particularidade da encarnação desse amor em Jesus.

O modelo de aceitação parte da pressuposição de que “as tradições religiosas que o mundo apresenta são mesmo diferentes, e temos de *aceitar* essas diferenças” (KNITTER, 2008, p. 272). O autor, ao introduzir a ideia, assumidamente utópica, de “uma comunidade dialógica de comunidades entre as religiões mundiais” enfatiza que

para conhecer a verdade, temos de estar comprometidos com a prática de comunicação com os outros; isso quer dizer conversar realmente com pessoas que são, de modo significativo, diferentes de nós, e escutá-las. Se falarmos somente conosco mesmos ou com alguém de nosso próprio grupo natural, ou se há algumas pessoas que simplesmente excluimos de nosso convívio e com quem não conseguimos nos imaginar falando, então possivelmente nos alijamos da oportunidade de aprender algo que ainda não descobrimos. (KNITTER, 2008, p. 32).

Nessa visão, a diversidade possui maior valorização, firmada no cultivo da tolerância, na ênfase na alteridade e na valorização da identidade distinta do outro. Não se trata de negação da unidade, mas uma busca de equilíbrio entre unidade e diversidade.

A autêntica identidade é forjada no diálogo: a visão de Andrés Torres Queiruga

Andrés Torres Queiruga é um dos mais destacados pensadores europeus no campo da teologia. Ele tem procurado marcar suas reflexões teológicas por um aspecto de revisão e atualização dos principais temas da fé cristã. Seu pensamento é permeado pela busca incessante do sentido histórico das ideias teológicas e por isso procura fazer um retorno à Tradição para redizê-la com fidelidade, de forma criativa, na liberdade e no diálogo com a cultura, nas categorias do tempo presente. Daí, o uso da expressão “repensar” ou “recuperar” no título de muitas de suas obras.

Em suas reflexões, o autor destaca a universalidade da revelação cristã e a vê como a forma de Deus se manifestar na história concreta da vida humana. No entanto, ele compreende a revelação cristã sempre a partir do encontro com as demais religiões e culturas, além de considerar os aspectos conjunturais do atual contexto mundializado. O diálogo das religiões situa-se, assim, em um espaço comum, exigindo a formulação de novas categorias – como a de pluralismo assimétrico, teocentrismo jesuânico, inreligiosação – e propiciando um novo espírito de acolhida, respeito e colaboração entre as religiões. Para Queiruga,

Uma vez reconhecida e afirmada a presença universal da salvação, essa opção se torna mais coerente. A partir dela parece possível chegar a um difícil equilíbrio que deve dar conta de duas frentes: por um lado, manter tanto o respeito ao valor intrínseco de todas as religiões quanto o realismo de reconhecer a independência de seu nascimento e desenvolvimento na história; por outro, e também por realismo histórico e antropológico, não ceder nem ao relativismo do “tudo é igual”, nem ao achatamento do buscar a universalidade no mínimo denominador comum. (QUEIRUGA, 2007, p. 190).

O pluralismo assimétrico não anula a vocação ecumênica. Ao contrário, a redimensiona, na medida em que “a ‘lógica da gratuidade’ deve substituir a ‘lógica da concorrência’ e, como está escrito, é preciso ‘dar de graça o que de graça foi recebido’” (2007, p. 191). Queiruga, busca um modelo de reflexão teológica ecumênica pautada no diálogo inter-religioso que saiba valorizar a disposição em reconhecer o dom salvífico nas diferentes expressões religiosas, como as visões inclusivistas o fazem, e que também aproveite os espaços autênticos de diálogo, como as visões pluralistas defendem, para se construir identidades.

Queiruga defende a visão de que todas as religiões devem buscar a máxima comunhão possível como ato de resposta humana ao amor universal de

Deus. Isso deve se dar isentando-se das concepções de eleição ou privilégio da parte de Deus em relação a qualquer expressão religiosa em particular. Para o autor, é pela partilha da fé e da experiência da vida, naquilo que é compreendido pelos grupos como o que há de melhor, num diálogo repleto de respeito e alteridade, em um complexo mas ao mesmo tempo singelo movimento de dar e receber, que as religiões podem se aproximar do inesgotável mistério de Deus. Na medida em que é acolhido pelas diferentes religiões, Deus passa a ser o único centro e elas deixam de centrar-se em si mesmas, e passam a gravitar em torno dele.

O diálogo não requer a destruição da identidade. Ao contrário, possibilita novas compreensões da identidade própria de cada grupo. A ideia é que a verdadeira e autêntica identidade não se encontra no passado morto, mas adiante, no futuro de Deus. Neste sentido, as identidades são enriquecidas pelo encontro e tornam-se instrumentos de conversão e uma promessa de plenitude da experiência religiosa. É fato que o diálogo requer que cada grupo religioso mantenha sua identidade aberta, predisposta à descobertas e receptiva ao novo e às mudanças. O autor lembra que as experiências de diálogo destroem, sim, as identidades “narcisistas”, fechadas em torno de si mesmas, não condizentes com os próprios fundamentos da fé. Mais que isso, o autor lembra também que mesmo sem um diálogo efetivo com outras religiões, o processo de revisão dos fundamentos da fé [identidade *semper reformanda*, nas palavras do autor] pode e deve se dar a partir de uma “anterioridade estrutural”, de uma aguda pergunta interna para cada religião sobre a revelação de Deus. Será ela uma possessão própria ou salvação exclusiva ou a revelação de Deus, como indica o autor, manterá sempre viva a gratuidade de sua transcendência e sua intrínseca destinação a toda a humanidade?

Queiruga não ignora as realidades de violência, de disputas religiosas, de etnocentrismos e de desencontros entre as religiões. Todavia, considera que o encontro entre as religiões possa estar vivendo uma fase de florescimento. Os próprios fatores negativos tornam-se elementos constitutivos de uma nova visão, somados ao fato de a humanidade estar se tornando planetária. Tal perspectiva pode suscitar uma nova consciência dialogal. Como o autor se referiu:

[daí] poderão sair potencialidades inéditas que nem sequer estamos em condições de suspeitar e que, em todo caso, não devemos limitar de antemão. De qualquer forma, se a situação não produz a complacência do acordo expresso, mantém, isso sim, por sua vez, a sensação viva do Mistério, a não-monopolização do *Deus sempre maior*. E, com ela, a humildade do contínuo aprendizado, sem renunciar por isso ao oferecimento gratuito, nem à íntima alegria da própria convicção. (QUEIRUGA, 2007, p. 199).

Em decorrência disso, o autor entende a autocompreensão do cristianismo

como culminação definitiva da revelação de Deus na história. Insistindo, fique claro, no fato de que tal culminação não priva nenhuma religião de sua verdade específica, pois refere-se unicamente às ‘chaves fundamentais’, não à realização concreta, a qual é sempre deficiente por si mesma e em muitos aspectos pode estar, e de fato está, num estágio mais avançado em outras religiões. (QUEIRUGA, 2007, p. 191).

O pluralismo normativo de Roger Haight

Roger Haight tem se destacado por sua produção teológica crítica e propositiva. O teólogo tem procurado oferecer uma cuidadosa revisão das fontes bíblicas e doutrinárias do método teológico, com a constante preocupação com a transmissão da mensagem cristã para as culturas da atualidade. Dessa forma, procura repensar a fé, a revelação, o papel das Escrituras na Igreja e na teologia. É o que o autor apresentou com precisão em *Dinâmica da teologia* (2004). Para ele,

a adequação relativa de qualquer concepção da teologia e de seu método só pode ser mensurada por seus resultados. Os resultados do fundamentalismo já conhecemos: uma inerte repetição do passado que falseia a própria mensagem e afugenta os ouvintes de hoje. Em contrapartida, um método hermenêutico mantém viva a tradição, reafirma-lhe sua verdade, descobre o seu sentido existencial no futuro, aplica-o a culturas e problemas modernos e, por assim proceder, estimula e nutre a vida em Jesus Cristo e em sua igreja. (HAIGHT, 2004, p. 275).

Essa perspectiva, em linhas gerais, tem norteado o trabalho teológico do autor.

A visão crítica de Haight o tem levado até mesmo a estar sob avaliação dos setores eclesiais do Vaticano, como a Congregação para a Doutrina da Fé. Esse foi o caso da notificação que recebeu, em 2005, pela obra *Jesus, símbolo de Deus* (2003). Na referida obra, o autor apresenta uma cristologia “a partir de baixo”, que valoriza a dimensão humana, que possui como base a experiência da salvação e que se articula com a dinâmica de abertura e de sensibilidade ao pluralismo religioso. Na explicitação de seu método cristológico, Haight o define como método hermenêutico de correlação crítica que busca “ser fiel ao testemunho do passado e interpretá-lo de maneira tal que seja significativo para a consciência contemporânea” (HAIGHT, 2003, p. 151).

Dentro do referido processo de ressignificação, Haight apresenta a cristologia realçando o caráter simbólico da linguagem religiosa e teológica. O símbolo remete a uma realidade mais profunda, estimula a busca, nos desafia à alteridade em torno daquilo que é desconhecido. Para o autor, os símbolos religiosos participam da transcendência e para elas apontam. Daí o célebre e controvertido título: *Jesus, símbolo de Deus*.

A obra causou não somente reações eclesiais conservadoras, mas, ao mesmo tempo, suscitou fortes debates nos meios acadêmicos e eclesiais. Isso levou Haight a apresentar, seis anos mais tarde, um novo texto: *O futuro da cristologia* (2008). O livro trata especialmente das questões suscitadas pela nova e emergente consciência e valorização positiva do pluralismo religioso no mundo. O texto propõe-se a elucidar, tanto para cristãos como para não cristãos, o fato de ser possível termos uma cristologia simultaneamente pluralista e ortodoxa. Para isso, o autor procura se distanciar de respostas puramente dogmáticas e também de polêmicas e debates estreitos e sectários. Ao contrário, indica a necessidade de

uma conversação ampla, empática, mutuamente enriquecedora e implicitamente autocrítica. [...] Teólogos e teólogas cristãos são cada vez mais chamados a dirigir a palavra ao mundo além do cristianismo com base na premissa de que se dirigirão aos membros pensantes de sua própria Igreja somente na medida em que conseguirem entrar em contato com as pessoas que estão do lado de fora dela. (HAIGHT, 2008, p. 186).

Na obra *Jesus, símbolo de Deus* (2003) Roger Haight dedica um capítulo ao tema “Jesus e as religiões mundiais” (p. 455-486), mas enfatiza que a descrição do relacionamento de Jesus com outras mediações religiosas de Deus é imprescindível para uma cristologia que deseje ser adequada e relevante para a atualidade. Mais do que isso, Haight alerta para o fato de que tal inclusão não pode ser entendida como anexo ou adendo “ao final” de uma cristologia, mas deve integrar o próprio método cristológico, uma vez que a abertura ao pluralismo religioso é uma característica da vida cristã.

Como o estágio de desenvolvimento da teologia das religiões, marcado pela vitalidade de seu crescimento e pela complexidade do debate, ainda não possibilita sínteses satisfatórias, fazendo com que tenhamos que conviver com diferentes visões, métodos e posicionamentos, o autor apresenta, logo de início, uma perspectiva da relação entre pluralismo religioso e a questão cristológica. Ainda que reconheça a fragilidade das tipologias e mesmo a contraprodução delas quando se tornam esquemáticas e simplificadoras, Haight sintetiza as posições em torno da relação de Jesus e a salvação hu-

manas e utiliza as seguintes nomenclaturas para cada modelo: exclusivismo, inclusivismo constitutivo, posição normativa não constitutiva e pluralismo.

O *exclusivismo* sustenta que não existe salvação alguma fora de um explícito contato e fé na pessoa de Jesus Cristo. O *inclusivismo constitutivo* é inclusivo porque defende que a salvação pode ser acessível a todos os seres humanos e é constitutivo porque considera Jesus a causa dessa salvação. A posição *normativa não constitutiva* defende a ideia de que Jesus é a norma ou medida da verdade religiosa e da salvação de Deus para toda a humanidade, ainda que não cause a ação divina salvífica, pois ela se desenrola fora da esfera cristã. O *pluralismo* reconhece a multiplicidade das religiões e seu valor salvífico e defende que outras mediações de salvação estão ou podem estar em “pé de igualdade” com Jesus Cristo.

Haight mostra que os cristãos podem relacionar-se com Jesus como normativo da verdade religiosa no tocante a Deus, ao mundo, à existência humana e à salvação e, ao mesmo tempo, crer que há também outras mediações religiosas que são verdadeiras e, portanto, também normativas. O autor realça o que Paul Knitter já afirmara: Jesus é “verdadeiro”, mas “não o único” portador da salvação. Tal relatividade histórica leva o cristão a definir mais exatamente o conteúdo de sua fé em Jesus.

A normatividade de Jesus não exclui o pluralismo religioso, muito menos sua valorização positiva. Ao contrário, da mesma forma como a teologia cristã necessita interpretar toda a realidade, ela também julgará, em sentido de discernimento responsável, as demais religiões. O próprio Jesus fez isso, como expressam os evangelhos. O argumento remonta, portanto, à tradição judaica da imanência e da transcendência simultâneas de Deus e reafirma a tradição cristã de ver Jesus como o mediador entre o humano e o divino. Deus é sempre maior e o conhecimento dele dá-se em uma dimensão de mistério. Nada nem ninguém têm a posse plena de Deus.

Sustentar que Jesus Cristo é normativo para a concepção cristã da realidade também não inibe o diálogo inter-religioso. Pelo contrário, a vinculação a Deus mediada por Jesus impele ao diálogo, uma vez que a fé cristã assume que nenhuma expressão humana, cultural ou religiosa esgota o mistério de Deus. Neste sentido, portanto, “como as outras religiões são mediações efetivas da graça de Deus [...] os cristãos devem abordá-las com abertura e disposição de espírito para aprender mais acerca dos caminhos de Deus no mundo” (HAIGHT, 2003, p. 483).

A hipótese pluralista de John Hick

O teólogo reformado inglês, John Hick, envereda-se pelas produções e reflexões sobre o pluralismo e suas implicações para a teologia cristã a

partir de novos rumos hermenêuticos: a hipótese pluralista (teocêntrica), distanciando-se das ideias exclusivistas e inclusivistas. A proposta reconhece as tradições religiosas distintas do cristianismo como legítimas e autônomas no processo de salvação. Para isto, propõe o rompimento com as ideias da constitutividade salvífica de Jesus Cristo e a retirada de Cristo do centro do sistema solar religioso, colocando em seu lugar a Realidade Última, o Real.

Em *A metáfora do Deus encarnado* (2000), John Hick aprofunda as questões cristológicas e propõe uma revisão delas a partir da consideração da

crença de que existe uma Realidade transcendente última que é a fonte e o fundamento de todas as coisas; que essa Realidade é benigna em relação à vida humana; que a presença universal dessa Realidade é refletida ('encarnada'), humanamente falando, nas vidas dos grandes líderes espirituais do mundo; e que entre estes todos encontramos Jesus como nossa principal revelação do Real e nosso principal guia para a vida. (HICK, 2000, p. 219).

A proposta de Hick, portanto, rompe com uma visão absolutista da tradição cristã, convocando-a a ser um “cristianismo que se vê uma religião verdadeira entre outras”; uma cor diante do grande arco-íris das religiões, transpassada pela luz do Real, que no horizonte cristão é chamado de Deus. Trata-se de “uma fé cristã que assume ser Jesus o nosso guia espiritual supremo (mas não necessariamente único), o nosso senhor, líder, guru, exemplar e mestre pessoal e comunitário – mas, não o próprio Deus em termos literais” (HICK, 2000, p. 218). E o mesmo Hick considera o “cristianismo como um contexto autêntico de salvação/libertação entre outros, que não se opõe a, mas interage de formas mutuamente criativas com os outros grandes caminhos” (idem).

Em *Teologia cristã e pluralismo religioso: o arco-íris das religiões* (2005), John Hick estabelece um frutífero debate sobre o que chamou de *hipótese pluralista* e a apresenta na criativa forma de diálogo do autor com Fil e Graça, representantes das questões oriundas dos pensamentos filosófico e teológico, respectivamente.

Como se sabe, no âmbito da teologia cristã do pluralismo religioso, a questão cristológica precisa ser revisitada. Trata-se de oferecer outros olhares sobre conceitos centrais da fé cristã. Esse é um caminho traçado por John Hick, ao reinterpretar concepções clássicas, por exemplo, o dogma da encarnação: o “Filho-de-Deus-feito-homem”.

A partir do espaço da hipótese pluralista, em que é reconhecido o pluralismo religioso de princípio como manifestação do Real, a concepção de encarnação não pode ser vista em seu sentido literal, fechado, mas em sua abertura metafórica, carregada de novos significados. O encarnar-se é uma metáfora, não

algo estabelecido exclusivamente, em que duas naturezas completas (humana e divina) convivem na pessoa de Jesus como algo indissociável.

A encarnação, ao ser interpretada metaforicamente, refere-se a uma abertura dos seres humanos à Realidade Última, que no cristianismo chama-se Deus, em relação e obediência. Assim, qualquer pessoa humana que realize a vontade divina, lançando-se nela, é uma encarnação de Deus na terra, como Jesus, um exemplo notável desta metáfora. Hick está consciente de que “do ponto de vista da liderança eclesial, isto é descrença. Do ponto de vista de um crescente número de membros da Igreja que deram um passo nessa direção, isso constitui maior realismo e honestidade” (HICK, 2005, p. 30).

Esta ideia do lançar-se ao Real é fundamental nas teses de John Hick. É o centrar-se na Realidade Última – o fundamento de tudo, não esgotável, “finalmente real” – descentrando-se de si, do ponto de vista “egóico”, a fonte do egoísmo e da injustiça. Esta mudança, o recentramento no divino, e não em si mesmo, é o que se pode chamar de salvação/libertação na teologia de Hick. Assim, a mediação salvífica em Jesus Cristo é questionada. Jesus é tomado, aqui, como um excepcional modelo de “frutos morais”, radicalmente aberto ao Real/Deus e sinal de seu amor no mundo, na partilha dos sofrimentos da vida humana, na permanência ao lado dos corpos empobrecidos e no trabalho em prol da justiça e paz. Não é visto como salvador, o que cabe apenas à Realidade Última. Salvação/libertação é, portanto, a transformação profunda do ser humano na busca e encontro com o Real (salvador último) e identificada com os frutos (critérios éticos), sinal da encarnação divina na história. Aqui se encontra também um importante critério para se compreender as distintas religiões como possíveis caminhos de salvação/libertação: “pelos frutos conheceréis a árvore”.

Concentremo-nos na ideia de salvação, uma ideia que é absolutamente central para o pensamento cristão, tanto em sua versão tradicional quanto em sua versão revisionista. Se definirmos a salvação como o perdão e a aceitação por Deus pela morte expiatória de Jesus, então temos a tautologia de que o cristianismo é o único a saber e ensinar a verdade salvífica, segundo a qual devemos aceitar Jesus como nosso Senhor e salvador, confessar sua morte redentora e ingressar na Igreja, entendida como a comunidade dos redimidos, na qual abundam os frutos do Espírito. Todavia, vimos que este círculo de ideias contradiz nossa observação de que os frutos do Espírito parecem ser tão (ou tão pouco) evidentes fora da Igreja quanto dentro dela. Sugiro que deveríamos continuar a seguir a pista fornecida por estes frutos; pois Jesus evidentemente se preocupava mais com a vida dos homens e mulheres do que com qualquer conjunto de proposições teológicas que pudessem ter em suas cabeças. (HICK, 2005, p. 39-40).

A hipótese pluralista de John Hick compreende o Real como centro do sistema solar religioso (não a pessoa de Jesus ou a Igreja) e reconhece que o pluralismo religioso é meio pelo qual o Real também se apresenta, mostra-se. Porém, aponta que as experiências religiosas não o dominam. A luz perpassa o vitral, evidencia suas cores em sua pluralidade, mas não permanece fixa, é movimento. Assim – a partir das concepções epistemológicas *kantianas* –, Hick interpreta cada experiência religiosa (*phenomenon*) como reflexo humanamente percebido da Realidade Última (*noumenon*).

Perspectivas latino-americanas

Diego Irarrazaval e a teologia indígena latino-americana

Diego Irarrazaval atuou por quase três décadas em comunidades populares aymaras no Peru. Em suas palestras e entrevistas costuma dizer que junto aos aymaras aprendeu a ser pastor e a ser pastoreado por um povo que sabe celebrar a vida e que é capaz de aceitar as pessoas distintas com suas virtudes e limitações. Da mesma forma, afirma que a compreensão que possui sobre o sentido de seu próprio trabalho missionário não é por crer que as pessoas envolvidas estão carentes de Deus, mas, sim, para acompanhá-las na beleza de sua espiritualidade e em seus esforços na conquista da justiça, como o direito à educação em sua própria cultura. Tais perspectivas são reveladoras da teologia do autor.

Em *De baixo e de dentro: crenças latino-americanas* (2007), o autor busca construir teologia a partir dos povos originários do continente latino-americano, a partir de suas vivências de espiritualidade, numa atividade que nasce a partir “de baixo”, com as populações excluídas, e “de dentro” da cultura e fé ameríndia. A provocação primeira para estas produções é dada pelas populações empobrecidas, “de baixo”, das classes populares e “de dentro”, do próprio espaço da América Latina, como o próprio título da obra já aponta. Irarrazaval interpela a teologia das religiões a partir das falas/crenças indígenas questionadoras de heranças coloniais que encobrem experiências de espiritualidade e que não são relacionadas ou geradas com construções eurocêntricas. Um exemplo disso é a tensão entre ritualidade e racionalidade no tocante ao conhecimento da realidade:

Para a população nahuatl, a verdade é *in xóchitl in cuícatl* (flor e canção) que provém da fonte da Vida e que é proclamada por *tlamantinime* (pessoas sábias). Portanto, não é a equação mente = realidade, mas um conhecimento metafórico como o de flor-e-canção, onde dialogam o divino e humano. Cada povo autóctone da América Central, da Amazônia, das serranias andinas, do cone-sul

tem seu modo de entender a natureza, a história, a divindade. Tal compreensão é inseparável da celebração, pois a palavra de fé (o mito) se alimenta do rito e vice-versa. Esta rica palavra ritual é a que, nos processos de teologia índia, dialoga com a fé cristã. (IRARRAZAVAL, 2007, p. 105).

A proposta do texto apresentado pelo autor constrói-se a partir de dois eixos importantes: o *primeiro* deles refere-se ao mundo indígena e mestiço, uma encarnação nestas vivências, em suas identidades complexas, na interação entre suas culturas, em seus mitos e formas de espiritualidade e em suas outras propostas de fé em Deus. Já o *segundo* eixo refere-se a abordagens mais amplas da realidade latino-americana, a partir “de dentro” dos espaços desta terra. Para tanto, aproxima-se das culturas e religiosidades dos povos pobres a partir “de baixo”, relacionando a ação evangelizadora por meio da inculturação e as hermenêuticas que são construídas e desenvolvidas a partir destes povos “indo-afro-mestiços”.

Ao partir das palavras que dão título ao livro, o autor fala “a partir de regiões andinas que encontram harmonia entre polos contrapostos” (IRARRAZAVAL, 2007, p. 9); uma espécie de conciliação e convivência de contrários, não caindo em interpretações dicotômicas. Isto é possível em virtude da metáfora, que tanto o autor quanto os povos tradicionais, originários e mestiços da ameríndia costumam utilizar. Este livro, portanto, procura reler as vivências latino-americanas em suas culturas e espiritualidades, em seu pluralismo e mosaico multicolorido, mas a partir de um lugar específico. Como aponta o autor:

estou convencido de que o pensar profundo não vem de um acima unilateral, mas do pequeno e do último que humildemente é capaz de interagir com toda a realidade. Portanto, para crer e pensar, não vamos subir, mas ao contrário, descer e gozar da intimidade e do vigor das fontes da vida. (IRARRAZAVAL, 2007, p.10).

A partir deste lugar vivencial, os povos tradicionais interpelam uma produção de teologia com seus mitos e suas utopias. É a fé indígena que provoca a teologia das religiões reprojetoando-a para além das elaborações teológicas cristãs que se construíram como espaços hegemônicos de onde se interpreta a espiritualidade e a cultura dos povos ameríndios. A teologia passa, portanto, a ser desafiada pela construção de narrativas e a elaborar-se a partir de uma fé plural e diversa.

Parece-me que a visão indígena nos ajuda a reapreciar o sagrado e a salvação no interior da criação e da corporeidade humana. Um estudioso valoriza o

existencial nas “cosmogonias míticas... em momentos decisivos da vida individual, como é o nascimento, a doença, a iniciação, a celebração do matrimônio e a morte...” e acrescenta: “Teologicamente têm interesse pelo contraste que representam com os relatos bíblicos da criação”. Por minha parte, sublinho como o indígena motiva a reprojetar a situação atual e a corrigir a teologia dominante. Em vez de coisificar e consumir a realidade – uma feição da (des) ordem moderna – nos convém mais interagir entre seres viventes, confrontar a maldade no mundo (muito presente nos mitos indo-americanos) e superar os absolutos científicos e técnicos que manipulam tudo. Também releemos nossa tradição a fim de não segregar o natural/humano da obra de salvação. (IRARRAZAVAL, 2007, p. 106).

Na interpelação de uma teologia indígena, Diego Irarrazaval apresenta quatro pontos de destaque a partir dos mitos e da fé indígena: i) na população ameríndia, o imaginário mítico e utópico é heterogêneo e complexo e conjuga origens marcadas pela felicidade e pelo mal; ii) a teologia, neste caso da libertação, ao se aproximar dos mitos, ritos, utopias e éticas dos povos indígenas, não se delimita pelo tradicionalmente religioso da experiência cristã, mas alimenta-se por cada busca de uma vida plena com os símbolos espirituais dos povos tradicionais; iii) neste encontro, a reflexão cristã ressitua-se na espiritualidade e sabedoria dos povos indígenas, na fé dos “de baixo”; iv) o desenvolvimento de uma solidariedade mundial é inseparável do cosmos e da qualidade espiritual dos povos, que provoca uma interação entre comunidades indígenas e outros setores da humanidade, a articulação entre teologias indígenas e outros modos de fazer-teológico, reconhecendo, assim, um pluralismo religioso e um pluralismo teológico.

O entusiasmo de Faustino Teixeira pela espiritualidade ecumênica

O teólogo Faustino Teixeira possui longa experiência de acompanhamento da experiência religiosa de diferentes grupos. No campo popular, vivencia há vários anos a riqueza do itinerário espiritual das comunidades eclesiais de base, conhecendo seu cotidiano, assessorando eventos e produzindo um extenso e denso material histórico, sociológico e teológico a respeito delas.

O interesse pelas religiões, igualmente, não se restringe à dimensão da pesquisa, mas Faustino caminha por trilhas as mais diversas para descobrir os lampejos de espiritualidade presentes nas religiões e como elas se aproximam na prática do diálogo e da cooperação mútua.

Teixeira foi um dos pioneiros do debate sobre as questões inter-religiosas no Brasil. É referência para muitos grupos o texto que ele organizou ainda

na primeira metade da década de 1990, apresentando e debatendo aspectos teóricos e práticos do diálogo ecumênico inter-religioso: *Diálogo de pássaros: nos caminhos de diálogo inter-religioso* (1993). Reconhecendo que a teologia das religiões se desenvolvera mais intensamente no exterior, o autor mostra à comunidade teológica brasileira autores como Claude Geffré, Jacques Dupuis e Michael Amaladoss, que, ao lado de brasileiros, traçam um perfil esclarecedor do tema e indicam a emergência de novos paradigmas teológicos diante do pluralismo religioso. Essa iniciativa foi movida, entre outros fatores, por significativas experiências ecumênicas da época, como o encontro de um número expressivo de pessoas de várias religiões na Conferência das Nações Unidas sobre Ecologia e Desenvolvimento, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e a Assembleia do Povo de Deus, que reuniu grupos ecumênicos, no mesmo ano, em Quito, Equador. Como aprofundamento das reflexões, Faustino Teixeira reuniu didaticamente elementos explicativos do debate e suas principais correntes e autores em *Teologia das Religiões: uma visão panorâmica* (1995). Poucos anos mais tarde, organizou outra obra, com propósitos semelhantes à primeira, que buscava o sentido mais amplo do encontro das religiões especialmente na defesa da vida e no cultivo da tolerância entre as religiões e culturas. Trata-se de *O diálogo inter-religioso como afirmação da vida* (1997).

Teixeira tem se dedicado com especial zelo aos temas relativos à mística. Com eles vêm a sinalização da importância da gratuidade, do desapego e da abertura ao outro. Os títulos de duas obras que organizou, sob um olhar multidisciplinar, expressam o fundamento místico que transporta as pessoas e comunidades “para esferas de beleza e humanidade que se contrapõem ao endurecimento e esvaziamento da cultura materialista e consumista”: *No limiar do mistério: mística e religião* (2004) e *Nas teias da delicadeza: itinerários místicos* (2006). Faustino Teixeira é um divulgador entusiasta dessa sensibilidade especial pelo outro, em alteridade, oração e diálogo, encontrada em meio às mais diversas experiências religiosas.

No livro *Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível* (2008), Faustino Teixeira divide com Zwinglio Dias um conjunto de reflexões sobre a prática ecumênica. Dias aborda a trajetória do movimento ecumênico, especialmente o universo intracristão e os desafios que o ecumenismo traz para as igrejas e para o conjunto da sociedade. A dimensão inter-religiosa coube a Faustino Teixeira, que apresenta os eixos filosóficos do diálogo inter-religioso e as formas dessa aproximação, entre outros aspectos.

Para Teixeira, a prática de diálogo entre as religiões implica partilha de vida, experiência de comunhão e conhecimento mútuo. Ele se dá entre pessoas e grupos enraizados e compromissados com sua fé específica, mas que,

ao mesmo tempo, estão abertos ao aprendizado da diferença. Para a realização dessa aproximação ecumênica, ele indica cinco elementos norteadores: a consciência de humildade, a abertura ao valor da alteridade, a fidelidade à própria tradição, a busca comum da verdade e um espírito de compaixão.

Há várias formas de diálogo inter-religioso, mas, independentemente delas, a prática dialogal requer um espírito de abertura, hospitalidade e cuidado. Entre as formas de diálogo destacam-se: a cooperação religiosa em favor da paz, os intercâmbios teológicos e a partilha da experiência religiosa, especialmente no âmbito da devocionalidade e da oração.

Os diversos eixos do diálogo inter-religioso são mais bem compreendidos e vivenciados quando banhados por uma espiritualidade peculiar, um trabalho interior de desapego e abertura. Como tão bem mostrou Leonardo Boff, é no seio da espiritualidade que “irrompem os grandes sonhos para cima e para frente, sonhos que podem inspirar práticas salvacionistas”. A espiritualidade relaciona-se a tudo o que tem a ver com a experiência profunda do ser humano, com a “experiência integral da vida”. (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 207).

Teixeira sublinha algumas personalidades, dentro do contexto católico-romano francês, promotoras do encontro dialógico das religiões, às quais chamou de “buscadores do diálogo”. Entre elas estão: Henri Le Saux (1910-1973), monge beneditino que vivenciou forte aproximação com o hinduísmo, Louis Massignon (1883-1962), que estabeleceu um profundo diálogo com o islamismo, e Thomas Merton (1915-1968), místico, intelectual renomado, que dialogou com singular sensibilidade com diferentes religiões do Ocidente e do Oriente.

O texto apresenta ainda dois polos de reflexão, ambos demasiadamente desafiadores. O primeiro trata do lugar do diálogo entre as religiões no processo de globalização, considerando tanto os efeitos positivos, como as facilidades de comunicação, uma nova consciência global e planetária e o pluralismo, como os negativos, como o aguçamento dos fundamentalismos nas várias religiões. Tal contradição reside especialmente na recusa do engajamento comunicativo, por um lado, e pela abertura dialogal, por outro. A primeira opção reforça os tradicionalismos exacerbados em reação às novas sensibilidades e circunstâncias da comunicação dialógica e global, o que gera as mais distintas formas de fundamentalismos. A segunda opção, a do diálogo, impõe-se como desafio criativo e significativo para o futuro do mundo.

O segundo polo diz respeito à espiritualidade e como ela se vincula intimamente à prática do diálogo inter-religioso. Para isso, faz-se recurso ao que disse Raimon Panikar:

o encontro das religiões tem uma indispensável dimensão experiencial e mística. Sem uma certa experiência que transcende o reino mental, sem um certo elemento místico da própria vida, não se pode esperar superar o particularismo da própria religiosidade, e menos ainda ampliá-la e aprofundá-la, ao ser defrontado com uma experiência humana diferente. (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 209).

A centralidade do reino de Deus na reflexão teológica e na prática pastoral: o enfoque de José Maria Vigil

Espanhol de origem, naturalizado nicaraguense e residente no Panamá, o teólogo católico José Maria Vigil construiu seu pensamento em profunda identidade com os desafios políticos e culturais da América Latina. Vigil aprofundou aspectos importantes da teologia latino-americana da libertação, como o tema da espiritualidade, por exemplo, em especial reflexões e práticas conjuntas com líderes de destaque como D. Pedro Casaldáliga.

A atuação na Associação Ecumênica de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo (Asett), especialmente a direção da comissão teológica, possibilitou a Vigil um aprofundamento e uma produção intensa como campo do que ele mesmo denomina teologia do pluralismo religioso. Nesse contexto, dirigiu, com Marcelo Barros e Luiza Tomita, a série “Pelos Muitos Caminhos de Deus”, que apresenta em cinco volumes as reflexões teológicas latino-americanas sobre o tema das religiões.

Já no primeiro volume da referida série, cujo título é o mesmo, mas com o sugestivo subtítulo “Desafios do pluralismo religioso à teologia da libertação” (2003), Vigil trata do tema da espiritualidade e considera aquela que se forja no contexto do pluralismo religioso como uma experiência espiritual emergente e desafiadora.

No segundo volume, *Pluralismo e libertação: por uma teologia latino-americana pluralista a partir da fé cristã* (2005), aparecerão três significativas contribuições de Vigil. A primeira, chamada “Muitos pobres, muitas religiões – a opção pelos pobres: lugar privilegiado para o diálogo entre as religiões”, enfatiza a vocação teológica latino-americana e a coloca em diálogo com o tema das religiões a partir de três criativas proposições: a) os pobres precisam do diálogo das religiões, b) as religiões precisam dos pobres para dialogar, c) a opção pelos pobres é o aporte principal das religiões abraâmicas ao diálogo inter-religioso. A segunda contribuição é “Macroecumenismo: teologia latino-americana das religiões”, em que o autor analisa as possibilidades e os limites do termo macroecumenismo, bastante usado em círculos pastorais nos anos 1990. A terceira é “Cristologia da libertação e pluralismo religioso”, quando dialoga com a concepção de Jesus como metáfora (John Hick) ou símbolo (Roger Haight) de Deus e extrai as implicações político-pastorais dessa revisão cristológica.

Em *Teologia latino-americana pluralista da libertação* (2006), que é o terceiro volume da série, Vigil retoma o tema “Por uma espiritualidade pluralista da libertação”, dessa vez destacando que as experiências religiosas precisam ter uma consideração mais humilde de si mesmas, que deve haver uma desabsolutização do cristocentrismo e que o paradigma pluralista faz parte da identidade cristã e não a contradiz, como alguns afirmam.

No quarto volume, *Teologia pluralista libertadora intercontinental* (2008), Vigil aprofunda o tema “Identidade cristã e teologia do pluralismo religioso”. O autor afirma que a identidade é sempre dinâmica e que a fixação oficial da identidade de uma religião é sempre também um ato político de vontade. Isso gera tensões nas interpretações distintas da identidade cristã. Vigil lembra que “a identidade cristã oficial é uma criação humana, é um ato de vontade, é uma decisão institucional; se a oficialidade eclesial não compreende a transformação e o desafio que o pluralismo religioso e sua teologia representam, o conflito é inevitável” (ASETT, 2008, p. 147).

Em *Teologia do pluralismo religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo* (2006), José Maria Vigil apresenta um roteiro marcadamente didático de uma teologia das religiões com enfoque latino-americano, a começar pela disposição dos conteúdos, que segue a clássica metodologia do ver-julgar-agir. Vigil apresenta também propostas para estudo em grupo, farta indicação bibliográfica e reflexões concernentes ao pluralismo típico do contexto latino-americano, marcado pelas expressões religiosas indígenas e negras.

A constatação do autor é que o que está produzindo esta nova consciência ecumênica que surgiu e está se difundindo inesperadamente pela humanidade é uma nova experiência espiritual. Na visão do autor,

as grandes correntes teológicas, os grandes movimentos ou transformações culturais, não se produzem normalmente em resposta a uma idéia de gênio: antes, obedecem às novas vivências espirituais nas quais a humanidade – ou algum segmento significativo dela – percebe-se envolvida. O Espírito move esses fenômenos alentando-os, conduzindo-os, impulsionando-os. E os espíritos mais despertos da humanidade captam os sinais dessa ventania e desdobram suas velas, deixando-se levar por ela.

Estamos vivendo essa nova experiência espiritual. Há um Espírito novo rondando-nos, desafiando-nos, quase que a cada dia, numa multiplicidade de gestos, de reflexões, de novas práticas. Estamos passando por um momento de transformação. Especificamente no contexto cristão estamos na passagem do cristocentrismo ao pluralismo. Há medo, resistência – e ao mesmo tempo atração, clareza, até uma evidência, impondo-se lenta e irresistivelmente. É um kairós, um ponto de inflexão importante que introduzirá mudanças muito

profundas: uma nova época na sucessão de 19 séculos de exclusivismo eclesiocêntrico e mais um (apenas!) de cristocentrismo. (VIGIL, 2006, p. 376).

Para interpretar o quadro de pluralidade de religiões e formular uma concepção pluralista, Vigil, em intenso diálogo com John Hick e Andrés Torres Queiruga, apresenta aspectos da teologia cristã favoráveis a uma teologia pluralista das religiões. Um deles é a visão jesuânica que destaca as dimensões teo-reinocêntrica e teoprática. Elas relativizam a prática cültica, uma vez que a práxis do amor e da justiça, para Jesus, está acima até mesmo do culto e das práticas religiosas, e relativizam também a perspectiva eclesiocêntrica. Para o autor “Jesus não somente não foi eclesiocêntrico, como tampouco foi eclesiástico; nunca pensou em fundar uma igreja, e até se pode dizer que, de algum modo, sua mensagem central implicava a superação daquilo que é uma religião ou Igreja institucional” (VIGIL, 2006, p. 139). Para Jesus, o mais importante, o ‘último’ em sentido teológico, é o reino de Deus, entendido como vontade divina revelada em interação amorosa e salvadora com as pessoas; não um deus “em si”. Não se trata de um conceito, mas, sim, de uma vivência, de um reconhecimento e de opção fundamental do caminho a se seguir na vida. O diálogo ecumênico é visto como parte integrante do reino de Deus.

Outro aspecto é de caráter mais filosófico, embora expresso de forma simples, e está relacionado ao que se consagrou chamar de “regra de ouro”: “não façam aos outros aquilo que não desejam que outros lhes façam”. Trata-se do elemento ético nas religiões e que se encontra presente nos textos sagrados das mais destacadas religiões, como o judaísmo, o cristianismo, o islamismo, o budismo, o confucionismo, o hinduísmo, o jainismo, o zoroastrismo. O mesmo ocorre no pensamento filosófico, como expresso, por exemplo, no “imperativo categórico” de Kant, mostrando ser a “regra de ouro” algo universalmente percebido, o que reforça seu caráter de elemento central de revelação divina. Diante disso, o autor indaga: “se existe esse consenso humano, simultaneamente filosófico e religioso, tão universal, cabe perguntar: não seria possível e conveniente fazer dessa regra de ouro o fundamento certo do diálogo inter-religioso?” (VIGIL, 2006, p. 235).

Nas perspectivas práticas apresentadas pelo autor destacam-se, ao menos, três aspectos. Um primeiro é a revisão das práticas históricas e dos fundamentos teológicos da ação missionária, o que o autor denominou “morte e ressurreição da missão”, tendo em vista ações não verticalistas, dialógicas, inculturadas e “inreligionadas” e tendo o reino de Deus como alvo e parâmetro. Um segundo aspecto é o papel das religiões na busca de uma ética mundial em favor da justiça, favorecido e ao mesmo tempo desafiado pelos processos de mundialização. Um terceiro é o cultivo de uma espiritualidade

de cunho libertador, aberta à complementaridade, cujo critério hermenêutico é a libertação dos pobres.

Por uma teologia afro-latíndia da libertação: o testemunho de Marcelo Barros

Marcelo Barros desenvolveu sua vocação em uma diversidade de experiências que oferecem à sua obra uma legitimidade singular. Seja na convivência ecumênica com os irmãos na comunidade de Taizé, seja no trabalho efetuado na companhia de D. Helder Câmara, seja nos serviços às comunidades populares, católicas e protestantes tradicionais e pentecostais, seja no acompanhamento aos movimentos sociais e políticos no Brasil e em outros países latino-americanos, seja pela vida comunitária consagrada à oração, ao estudo, à acolhida e ao diálogo com pessoas e grupos de outras igrejas, religiões e culturas, o teólogo procurou e procura unir esta vocação pela unidade com a opção pela libertação e pela justiça.

Em sua reflexão ecumênica sobre espiritualidade e diálogo inter-religioso destacam-se as seguintes obras: *O sonho da paz: a unidade nas diferenças – ecumenismo religioso e o diálogo entre os povos* (1996), em que trata do ecumenismo como experiência concreta de homens e mulheres, de comunidades eclesiais e movimentos populares, em seu cotidiano de festas e de lutas por justiça e dignidade. O texto também estabelece um diálogo com as tradições religiosas populares brasileiras, especialmente as de origem indígena e africana, indo, assim, para além do cristianismo. Na mesma direção, destaca-se *A dança do novo tempo: o novo milênio, o jubileu bíblico e uma espiritualidade ecumênica* (1997), em que apresenta os princípios básicos da profecia bíblica do jubileu, assim como as indicações práticas e políticas de um projeto de jubileu para o século XXI.

Em *O sabor da festa que renasce: para uma teologia afro-latíndia da libertação* (2009), Marcelo Barros propõe uma mudança de lugar teológico, que inclua a possibilidade de fazer teologia a partir da realidade das culturas religiosas afro-indígenas. Trata-se de articular dois polos de reflexão: o que emerge do ponto de vista da experiência afro-americana e o que se efetua dentro do marco das culturas indígenas, considerando que ambas as reflexões releem e reinterpretam criativamente, a partir de suas próprias experiências e símbolos, a perspectiva teológica e religiosa latina da fé cristã.

O referencial hermenêutico dessa visão teológica é o da teologia da libertação e se desenvolve a partir do paradigma do pluralismo religioso e cultural constatado na atualidade e assumidamente valorizado. Por essa valorização entende-se o reconhecimento do pluralismo como “dom precioso que enriquece a humanidade e a convida a um aprofundamento espiritual novo e mais profundo” (BARROS, 2009, p. 31).

Embebido por um clima testemunhal, as reflexões contidas na obra apresentam aspectos históricos relevantes do contexto de formação das teologias afrodescendentes, em especial suas raízes plurais, com as devidas distinções entre os esforços de se pensar a fé no contexto das religiões afro-brasileiras, por um lado, e no contexto dos grupos cristãos que buscam pensar a fé cristã a partir das culturas negras, por outro, além do relato das aproximações entre esses diferentes grupos. Mesmo com as imprecisões do termo – apresentadas pelo autor – ficam indicadas, por exemplo, as experiências de uma teologia do candomblé e uma teologia da umbanda. A experiência de agentes cristãos de pastoral negra e de círculos teológicos cristãos que buscam uma síntese entre as culturas negras e a fé cristã também é descrita.

Entre as visões teológicas desafiadoras está a de uma cristologia afro-latíndia. Ela mostra, entre outros aspectos, que a redenção acontece não mediante a morte sacrificial de Jesus na cruz, mas mediante o amor de Deus que nasce de uma fé confiante e despojada em Deus. “Isso não diminui o valor salvífico da autoentrega de Jesus em seu martírio e da força do exemplo que tem sua paixão. Mas abre a fé cristã a um reconhecimento de uma ação divina muito além do cristianismo” (BARROS, 2009, p. 125-126).

No tocante às questões eclesiológicas, o que fica indicado como valor são formas comunitárias de viver a fé, dentro da referência teológica da libertação na comunhão com as culturas afro e índia, incluindo o valor que nelas é dado às festas e à preparação e ao desfrutar a comida. Essa perspectiva requer uma mudança profunda na concepção de missão, que passa a ter sua ênfase na forma profética de inserção no mundo, que vive e celebra o testemunho da ressurreição de Jesus no meio dos sofrimentos humanos, sobretudo das pessoas mais pobres, e do martírio constante das comunidades negras e índias. A eclesiológica afro-latíndia caracteriza-se por ser antirracista e antidiscriminatória, comprometida com a justiça e o respeito às diferenças. É marcada, não obstante seu caráter militante, pela alegria e pela dimensão lúdica, mesmo em meio ao sofrimento.

Considerações finais

Em nossa reflexão estiveram pressupostos os principais aspectos da complexa realidade social e religiosa que hoje enfrentamos e que desafiam fortemente a produção teológica latino-americana. Ao lado disso, outra pressuposição é a necessária articulação de diferentes perspectivas hermenêuticas, construindo com isso uma lógica plural para o método teológico, e o destaque para a importância das questões ecumênicas para as reflexões teológicas atuais.

Com o texto, procuramos destacar o valor da pluralidade e da ecumenicidade para o método teológico, com o objetivo de identificar as principais

implicações teóricas e práticas da formação de uma lógica plural na reflexão teológica e nas ciências da religião e as consequências disso para o conjunto da sociedade. Nossa visão é que nos momentos de perplexidade e de busca de novos referenciais teóricos temos que ouvir as perguntas da vida e da fé e procurar explicitar seu conteúdo, especialmente considerando a experiência das pessoas pobres e socialmente marginalizadas, seguindo, portanto, a indicação dos princípios bíblicos, dentro da vocação da teologia latino-americana.

No caso da teologia latino-americana, esperamos que a visão panorâmica do pensamento dos autores apresentados possa ter dado uma noção do movimento teológico que hoje se articula em nosso contexto. Há diferentes grupos, envolvendo homens e mulheres, setores ecumênicos de juventude, comunidades eclesiais e setores acadêmicos, que têm se dedicado ao diálogo inter-religioso e tal experiência tem forjado novas perspectivas teológicas.

Os objetivos dessa nova movimentação teológica e pastoral, em linhas gerais, residem na articulação dos elementos fundantes da teologia latino-americana – como a sensibilidade espiritual com a defesa da vida, dos direitos humanos e da terra, especialmente os dos empobrecidos – com uma visão ecumênica, dialógica e de busca de uma fundamentação teológica do pluralismo religioso. Um longo e árduo caminho está ainda por ser trilhado.

Referências

- ASETT (Org.). **Pelos muitos caminhos de Deus: desafios do pluralismo religioso à teologia da libertação**. Goiás: Rede, 2003.
- ASETT (Org.). **Pluralismo e libertação: por uma teologia latino-americana pluralista a partir da fé cristã**. São Paulo: Loyola, 2005.
- ASETT (Org.). **Teologia latino-americana pluralista da libertação**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- ASETT (Org.). **Teologia pluralista libertadora intercontinental**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- ASETT (Org.). **Por uma teologia planetária**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- BARROS, M. **O sabor da festa que renasce: para uma teologia afro-latíndia da libertação**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BARROS, M. **O sonho da paz: a unidade nas diferenças. Ecumenismo religioso e o diálogo entre os povos**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BARROS, M. **Dança do novo tempo: o novo milênio, o jubileu bíblico e uma espiritualidade ecumênica**. São Leopoldo: Sinodal/Paulus/Cebi, 1997.
- COMBLIN, J. O debate atual sobre o universalismo cristão. **Concilium**, n. 155, p. 74-83, 1980.
- HAIGHT, R. **Jesus, símbolo de Deus**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- HAIGHT, R. **A dinâmica da teologia**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- HAIGHT, R. **O futuro da cristologia**. São Paulo: Paulinas, 2008.

- HICK, J. **Teologia cristã e pluralismo religioso: o arco-íris das religiões**. Juiz de Fora: PPCIR, 2005.
- HICK, J. **A metáfora do Deus encarnado**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- IRARRAZAVAL, D. **De baixo e de dentro: crenças latino-americanas**. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2007.
- KNITTER, P. **Introdução às teologias das religiões**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- KNITTER, P. **Jesus e os outros nomes: missão cristã e responsabilidade global**. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2010.
- KNITTER, P. **No other name? A critical survey of Christian attitudes toward the world religions**. Maryknoll: Orbis Books, 1985.
- KNITTER, P. **One Earth, many religions: multifaith dialogue and global responsibility**. Maryknoll: Orbis Books, 1995.
- KNITTER, P.; HICK, J. H. (Orgs.). **The myth of Christian uniqueness**. Maryknoll: Orbis Books, 1987.
- QUEIRUGA, A. T. **Autocompreensão cristã: diálogo das religiões**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- TEIXEIRA, F. C.; DIAS, Z. M. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível**. Aparecida: Santuário, 2008.
- TEIXEIRA, F. C. **Teologia das religiões: uma visão panorâmica**. São Paulo: Paulinas, 1995.
- TEIXEIRA, F. C. (Org.). **Diálogo de pássaros: nos caminhos do diálogo inter-religioso**. São Paulo: Paulinas, 1993.
- TEIXEIRA, F. C. (Org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- TEIXEIRA, F. C. (Org.). **No limiar do mistério: mística e religião**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- TEIXEIRA, F. C. (Org.). **Nas teias da delicadeza: itinerários místicos**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- TILLICH, P. **The future of religions**. New York: Harper & Row, 1966.
- VIGIL, J. M. **Teologia do pluralismo religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo**. São Paulo: Paulus, 2006.

Submetido em: 6/2/2012

Aceito em: 19/6/2012